

**POLÍTICAS PÚBLICAS ESPACIAIS E A ZONA DE FRONTEIRA
BRASIL/BOLÍVIA: ANALISANDO OS DISCURSOS ESCRITOS DO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS (MEF) PARA PROPOR A
CRIAÇÃO DE UMA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SRI)¹**

**SPACE PUBLIC POLICIES END THE BRAZIL/BOLIVIA BORDER ZONE:
ANALYZING THE WRITTEN SPEECHES OF THE MASTER'S DEGREE IN
BORDER STUDIES (MEF) TO PROPOSE THE CREATION OF A
SECRETARIAT FOR INTERNATIONAL RELATIONS (SRI)**

**POLÍTICAS PÚBLICAS ESPACIALES Y LA ZONA FRONTERIZA
BRASIL/BOLÍVIA: ANALIZANDO LOS DISCURSOS ESCRITOS DE LA
MAESTRÍA EM ESTUDIOS FRONTERIZOS (MEF) PARA PROPONER LA
CREACIÓN DE UNA SECRETARÍA DE RELACIONES INTERNACIONALES
(SRI)**

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG)
robertomauro.fernandes@hotmail.com

Márcia da Silva

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR)
marcia.silvams@gmail.com

RESUMO

As políticas públicas espaciais devem ser concebidas a partir da realidade do território e necessitam de discursos escritos (estatais) e não escritos (dos agentes não estatais) para serem produzidas. Logo, o objetivo deste artigo é propor a criação de uma Secretaria de Relações Internacionais (SRI) para a Zona de Fronteira Brasil/Bolívia com base nas dissertações (discursos escritos) do Mestrado em Estudos Fronteiriços, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A intenção é que os estudos sejam referências para que a SRI possa mapear as demandas daquela fronteira e por meio de espaços de diálogo e dos discursos não escritos, possa criar e coordenar políticas públicas espaciais. Para realizar a discussão, realizamos levantamento bibliográfico e documental.

Palavras-chave: Políticas Públicas Espaciais; Mestrado em Estudos Fronteiriços, Zona de Fronteira; Secretaria de Relações Internacionais

¹ Este artigo é resultado de pesquisa pós-doutoral realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR) com financiamento oriundo do Programa Nacional de Pós-Doutorado/Capes (PNPD/CAPES).

ABSTRACT

Spatial public policies must be created based on the reality of the territory and need state discourses (written discourses) and non-written discourses (of non-state agents) to be produced. Thus, the objective of this article is to propose the creation of a Secretariat for International Relations (SRI) for the Brazil/Bolivia Border Zone, based on the dissertations (written speeches) of the Master's Degree in Border Studies, at the Federal University of Mato Grosso do Sul. The intention is that the studies can be references so that SRI can map the demands of that frontier and through spaces of dialogue can create and coordinate spatial public policies.

Keywords: Spatial Public Policies; Master's Degree in Border Studies; Border Zone; Secretariat for International Relations

RESUMEN

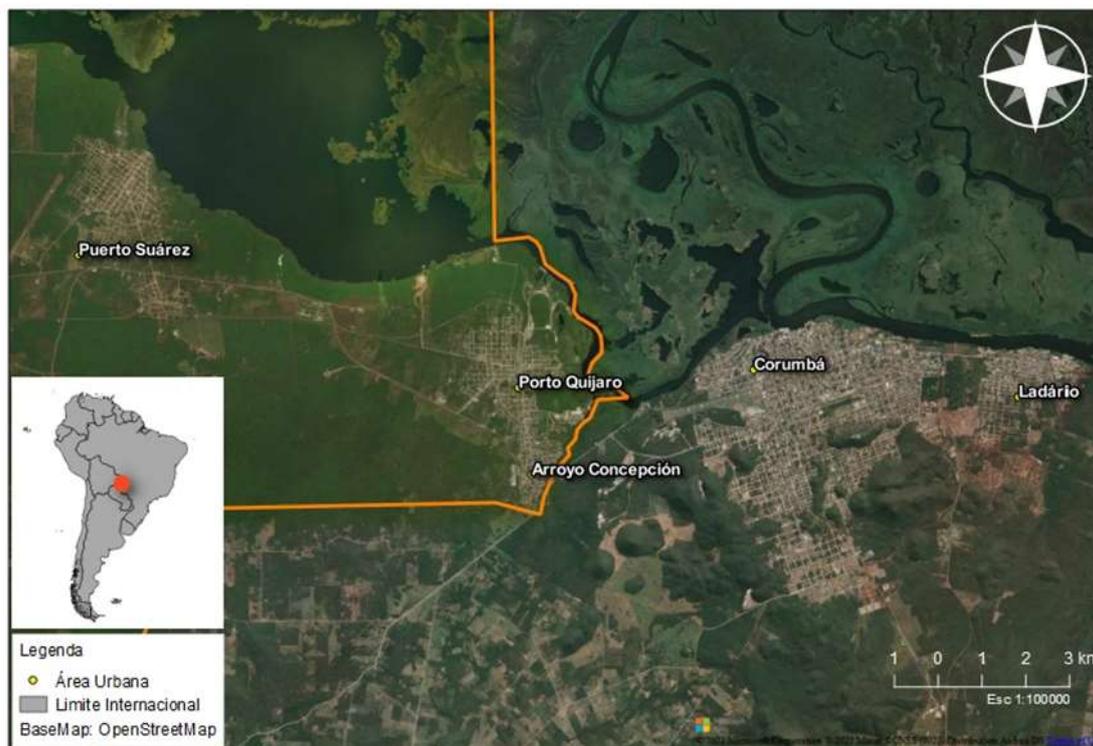
Las políticas públicas espaciales deben ser concebidas a partir de la realidad del territorio y necesitan de los discursos escritos (estatales) y no escritos (agentes no estatales) para ser llevadas a cabo. Así, el objetivo de este artículo es proponer la creación de una Secretaría de Relaciones Internacionales (SRI) para la Zona Fronteriza Brasil / Bolivia, a partir de las disertaciones (discursos escritos) de la Maestría en Estudios Fronterizos de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul. La intención es que los estudios sean el punto de partida para que la SRI pueda mapear las demandas de esa frontera y mediante espacios de diálogo y discursos no escritos, posibilite la creación y coordinación de políticas públicas espaciales.

Palabras clave: Relação de 5 palavras-chave nas respectivas línguas dos resumos que identifiquem o conteúdo do texto, separados por ponto final.

INTRODUÇÃO

A Zona de Fronteira Brasil/Bolívia é composta pelas cidades de Corumbá/MS e Ladário/MS (Brasil), Puerto Quijarro e Puerto Suárez (praças do Estado Plurinacional da Bolívia e vinculadas ao Departamento de Santa Cruz) – Figura 1. Cidades fronteiriças classificadas pelo Ministério da Integração Nacional como cidades-gêmeas. Estas são centros relativamente menores no que tange a hierarquia das cidades brasileiras, entretanto, são municípios de extrema relevância para analisarmos a integração da América do Sul na esfera do território, portanto, são elementos participantes e importantes nos hodiernos processos que visam estreitar relações e integrar os Estados sul-americanos (BRASIL, 2005; BRASIL, 2010).

Figura 1 - Zona de Fronteira Brasil/Bolívia - MS



Fonte: adaptado de Figueiredo *et al.* (2011).

Ademais, trata-se de uma região de fronteira internacional. Para Gimenez, Lisboa, Silva e Diallo (2018), a região de fronteira internacional é uma zona geográfica de contato e integração da população fronteiriça, sendo dotada de cooperação transfronteiriça, de espacialidade caracterizada por zonas de trocas, conectividade e de políticas de segurança; dependente das políticas de aparelhos centrais de Estado, em especial com políticas de controle, bem como é uma zona de interação próxima aos limites jurídicos nacionais com relações locais entre diferentes níveis. Segundo Paixão (2005), a zona de fronteira Brasil/Bolívia é considerada uma região, a qual denomina como Região de Corumbá.

A região internacional em questão é muito importante do ponto de vista das atividades de comércio internacional, fundamental para escoamento de *commodities* minerais e agrícolas de Brasil e da Bolívia e está circundada por polos industriais, alguns com mais de um milhão de habitantes: Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e La Paz na

Bolívia, Assunção no Paraguai, Salta e Tucuman na Argentina, Arequipa no Peru, Campo Grande/MS e Cuiabá/MT no Brasil (MELO, 2005; GALEANO e OLIVEIRA, 2007).

Além do mais, apresenta estreita relação econômica, cultural e política, oriundas das aproximações entre os governos de Brasil e Bolívia no século passado; as territorialidades promovidas por esses estreitamentos foram fundamentais para o desenvolvimento das dinâmicas sociais que atualmente desenrolam-se em tais cidades-gêmeas (FERNANDES, 2016). No entanto, esta Zona de Fronteira ainda necessita de políticas territoriais específicas que abranjam as urbes que a compõe e que sejam capazes de atender as demandas de um território constituído por relações internacionais cotidianas (FERNANDES, 2018; FERNANDES, 2018(b)).

Nós entendemos que esta Zona de Fronteira necessita de políticas que levem em consideração os seus aspectos espaciais e, sobretudo, que tenha como base de sustentação o uso do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001) das classes subalternas e que sejam constituídas a partir de *políticas públicas espaciais* (STEINBERGER, 2013).

Marília Steinberber (2013) aponta que as desigualdades socioespaciais se manifestam em termos ambientais, territoriais, regionais, urbanos e rurais. No entanto, no Brasil a tipologia corrente (políticas econômicas, sociais e setoriais) não consegue enquadrá-las. Assim, propõe a investigação de políticas ambientais, territoriais, regionais, urbanos e rurais e a elaboração das mesmas por meio do que denomina como: *políticas públicas espaciais* (STEINBERGER, 2013). Destaca a autora que essas políticas têm em comum uma característica: a sua fundamentação espacial.

Partindo da teoria espacial de Milton Santos, Steinberger (2013) argumenta que o elo de tais políticas é o espaço geográfico, compreendido como social e histórico. Uma acepção bem mais ampla do que a tradicional visão de espaço como um mero receptáculo no qual as ações acontecem, pois considera que toda atividade humana realiza um movimento simultâneo de produzir espaço e usar o território.

Steinberger (2013), com base no entendimento miltoniano de que o espaço geográfico é a materialidade mais a vida que a alma, sendo essa matemática crucial para explicar o adjetivo “usado” da categoria território usado, aponta que cabem as indagações: “usado como, onde, por quem e para que?” Assim permitindo identificar os usos, os usuários, os conflitos e as alianças que emergem dos usos do território. Esses achados

levaram-na a afirmar que, em termos teóricos, é possível falar em políticas espacialmente fundamentadas e denominá-las de *políticas públicas espaciais*.

Deste modo, propõe que as políticas de desenvolvimento regional devem ser pensadas com base no conceito de *políticas públicas espaciais*; estas devem ser concebidas a partir da realidade do território – do território *usado* – e com a participação política das frações não hegemônicas e hegemônicas. Destaca a autora que tais políticas não podem ser construídas somente com a prerrogativa dos agentes estatais (sujeitos que produzem os discursos escritos, isto é, o planejamento oriundo dos tecnocratas, dos agentes do governo, da universidade, dos centros de pesquisa, etc.). Para Steinberger e Costa (2017), dotar de poder de deliberação os agentes não estatais é possibilitar que os conflitos venham à tona, bem como permitir que processos insurgentes possam ser concebidos no sentido de construir concepções contra hegemônicas. Logo, as políticas públicas espaciais devem dotadas de discursos escritos (oficiais) e não escritos (de agentes-atores do povo, do espaço banal (SANTOS, 2014)².

Levando em consideração as características da Zona de Fronteira Brasil/Bolívia, dotada de fluxos migratórios intensos, com interações espaciais diárias e com conflitos de ordem simbólica e materiais (RAMALHO JUNIOR, 2012; FERNANDES, 2016), bem como considerando os projetos relacionados à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA/COSIPLAN, à construção de um polo minero-siderúrgico em Puerto Suárez e os investimentos que serão alocados na cidade na ordem de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 40 milhões oriundos do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (Fonplata) e US\$ 40 milhões dos cofres da prefeitura municipal de Corumbá e do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul³ (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2019); torna-se necessário pensar e elaborar políticas públicas para que todos que fazem uso daquele território possam ser incluídos e terem garantidos seus direitos fundamentais e de poder usufruir de uma política de desenvolvimento isonômico que perceba as diferenças e singularidades existentes nas cidades-gêmeas em questão.

Assim, o objetivo deste artigo é realizar uma reflexão acerca da criação de uma Secretaria de Relações Internacionais (SRI) em Corumbá/MS, vinculada a prefeitura

² Para Milton Santos, o espaço banal é o espaço de todos(as).

³ Trata-se de empréstimo (que deverá ser quitado até 2033) para solucionar demandas urgentes, associadas a deficiências na infraestrutura e socioambiental. Os projetos devem estar concretizados até 2024.

municipal, para que as demandas da Zona de Fronteira Brasil/Bolívia possam ser debatidas e atendidas. Especificamente, pensamos que a criação deste aparelho de Estado pode colocar em prática os discursos escritos produzidos pelo Mestrado de Estudos Fronteiriços (MEF), Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Em nossa opinião, as dissertações produzidas neste programa são ferramentas de suma importância para a criação da secretaria.

No entanto, é preciso que os discursos não escritos sejam ouvidos; assim, em nossa proposta, apresentaremos alguns caminhos para que os atores não estatais possam conhecer e debater o que foi produzido, propor e deliberar acerca da criação de *política públicas espaciais*. Logo, as dissertações do MEF (discursos escritos) em conjunto com os apontamentos e deliberações dos agentes não estatais (com seus discursos não escritos) são fundamentais para a criação de *políticas públicas espaciais* que serão coordenadas e executadas pela Secretaria de Relações Internacionais (SRI) que aqui será proposta.

É preciso acentuar que esta discussão aponta a importância do território como centro de relações, especialmente, no que diz respeito aos liames que são produzidos entre aqueles que são considerados agentes do Estado (os gestores) e os diferentes segmentos sociais. Trata-se também de uma reflexão sobre o processo de integração regional⁴ e acerca da importância da democracia e de canais de participação e deliberação popular para promover o desenvolvimento.

Ademais, a nossa discussão se aproxima de conjunto significativo de pesquisas realizadas nos últimos quinze anos sobre *paradiplomacia* (MICHELMANN e SOLDATOS, 1990). O termo é utilizado para se referir as atividades internacionais realizadas pelos governos municipais e locais de diferentes Estados. A título de exemplo, no caso brasileiro, os governos subnacionais vêm atuando diretamente em outros países através de assessorias e secretarias internacionais, sem a intermediação do Itamaraty e de outras instâncias do Poder Executivo (de acordo com a constituição brasileira, o Poder Executivo é o responsável pelas ações internacionais de Estado).

Portanto, nosso estudo está relacionado a internacionalização de governos estaduais e municipais e sobre a atuação de secretarias municipais de relações internacionais (SMRIs) em atividades consideradas paradiplomáticas. A literatura sobre

⁴ A publicação do documento “Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” (2005) apresentou a tese de que a fronteira e em especial as cidades-gêmeas devem ser consideradas agentes relevantes para o processo de integração regional.

o tema apresenta debates sobre as estratégias de inserção das cidades no ambiente internacional, a criação de SMRIs como instrumentos de paradiplomacia, os limites de atuação das SMRIs nas suas relações com o sistema federativo brasileiro, as formas de atuação das SMRIs no campo internacional, os tipos de políticas públicas criadas pelas SMRIs, ações de paradiplomacia de empresas privadas, a relação entre paradiplomacia e região de fronteira internacional, etc. Essas reflexões estão postas em teses, dissertações, livros, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e projetos de pesquisa.

No conjunto de pesquisas acima mencionadas, podemos citar como exemplos, os trabalhos intitulados: *A inserção internacional das cidades enquanto estratégia de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais* (BARRETO, 2005); *Federalismo e Relações Internacionais do Brasil* (SOMBRA SARAIVA, 2006); *Relações Internacionais de Âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil* (MARCOVITCH, 2014); *O “empoderamento” dos governos locais e a constituição das secretarias municipais de relações internacionais (SMRI): um mapeamento da região sudeste do Brasil* (MORENO e SANTOS, 2014); *A criação das secretarias municipais de relações internacionais (SMRIs) como nova realidade da inserção internacional dos entes subnacionais brasileiros* (JUNQUEIRA, 2015); *O MS sem fronteiras e a paradiplomacia transfronteiriça entre Brasil, Bolívia e Paraguai* (NASCIMENTO, 2016); *Fronteira, paradiplomacia e desenvolvimento* (OLIVEIRA e NASCIMENTO, 2017); *Cross-border paradiplomacy in mercosur: a critical overview* (ODDONE e SOUZA, 2017); *A contribuição da paradiplomacia municipal sul-americana para a integração regional em zonas de fronteira: a rede mercocidades e a integração fronteiriça no âmbito do Mercosul* (GOMES, 2017) e *Superação do subdesenvolvimento, erradicação da pobreza e atuação internacional de municípios: o exemplo da cidade de São Paulo* (SIMINI e LAISNER, 2018).

Nos supramencionados trabalhos, as perspectivas teóricas são da Geografia, História, Sociologia, Relações Internacionais, Direito e Antropologia, versando sobre a inserção dos governos municipais, por meio de ações do que denominam como paradiplomacia, no ambiente internacional a partir de duas realidades: 1) As análises de Barreto (2005), Sombra Saraiva (2006), Marcovitch (2014), Moreno e Santos (2014), Junqueira (2015) e Simini e Laisner (2018) são sobre paradiplomacia e atuação das

SMRIs a partir da região sudeste do Brasil; 2) Por outro lado, as discussões de Nascimento (2016), Oliveira e Nascimento (2017), Oddone e Souza (2017) e Gomes (2017) estão relacionadas a paradiplomacia como instrumento de integração fronteiriça, isto, é na realidade das regiões de fronteira internacional. Dessa maneira, o nosso debate se aproxima de ambos os conjuntos de pesquisas mencionadas por conta da reflexão sobre a SMRIs e em decorrência da integração fronteiriça.

No entanto, a nossa proposta de criação de uma SRI para atuar na região de fronteira internacional não seria para internacionalizar Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro ou Puerto Suárez, pois estes municípios já estão localizados num ambiente internacional, muito menos pretendemos sugerir ações paradiplomáticas, a SRI que propomos deve estar vinculada ao Estado, não deve atuar paralelamente ao último, mas a partir e em conjunto com o Estado.

Pensamos assim, pois compactuamos com a ideia de Perpétuo (2014) de que é inoportuna e inadequada a noção de que os governos municipais e estaduais realizam ações paradiplomáticas, haja vista não utilizarem rotas alternativas ou paralelas de diplomacia estatal, mas sim participarem da mesma rota dos Estados-Nação, de forma complementar, especialmente, pois os governos subnacionais não rompem com as definições tradicionais da diplomacia moderna que tendem “[...] a ser baseadas em três princípios: a) a condução de relações pacíficas; b) entre estados mutuamente reconhecidos e soberanos; c) em expectativas de relações de longo prazo” (PERPÉTUO, 2014, p. 89).

A nossa propositura é a respeito da criação de um aparelho de Estado que faça a gestão de um território internacional a partir do conceito de *políticas públicas espaciais* (que tem matriz no território) e que estruture um conjunto de mecanismos democráticos populares em cidades-gêmeas com intensas e complexas relações internacionais.

Para realizar o debate, optamos por uma abordagem interdisciplinar em livros, capítulos de livros e artigos nas áreas da sociologia, ciência política, economia, geografia, relações internacionais e história, a escolha serviu para subsidiar na discussão acerca dos caminhos e estrutura da Secretaria de Relações Internacionais. No que tange ao aspecto conceitual, o conceito de *políticas públicas espaciais* vai dar tom a nossa discussão, para tal utilizamos Steinberger (2013) e Steinberger e Costa (2017). Elegemos também a investigação documental, analisando documentos oriundos do Ministério de Integração

Nacional para a Faixa de Fronteira e Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como acordos internacionais, leis, decretos e portarias (documentos que foram publicados entre os anos de 2005 e 2017). Ademais, acessamos o repositório de dissertações do Mestrado de Estudos Fronteiriços. Entre julho de 2020 a janeiro de 2021 fizemos um levantamento dos temas, objetos pesquisa e propostas de oitenta e duas (82) das cento e quarenta e três (143) dissertações produzidas (entre 2009 e 2020) pelo programa em questão.

Mediante o exposto, nossa discussão, além desta introdução, está dividida em mais duas seções. A segunda parte foi reservada para apresentarmos a proposta da SRI destinada a atuar na região de fronteira internacional na qual se localiza Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Este segmento está dividido em três subseções, na primeira, realizamos indicações quanto ao processo de que antecede a criação da SRI; na sequência versamos sobre como poderá ser estruturada a secretaria e o terceiro item diz respeito aos caminhos para criação e implantação das políticas públicas espaciais via SRI. Na última segmentação do artigo estão as nossas considerações finais.

A SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SRI): IDEALIZAÇÕES

No sentido de meditar sobre instrumentos para a região internacional de fronteira na qual está inserida Corumbá/MS propomos a criação e instrumentalização de uma Secretaria de Relações Internacionais (SRI) nos quadros da prefeitura municipal. Pensamos que este aparelho deverá ser composto por quadros técnicos/especialistas e por sujeitos de diferentes segmentos da sociedade tanto do Brasil quanto da Bolívia, em outras palavras, por profissionais que possuam “leituras” sobre a fronteira e por agentes não estatais que vivam o dia a dia das cidades-gêmeas.

O foco dessa secretaria seria pensar e elaborar políticas públicas para aquela fronteira com base no conceito de *políticas públicas espaciais* (STEINBERGER, 2013) que por terem bases no território devem ter como pilar o respeito a diferença e devem combater as desigualdades socioespaciais reproduzidas pelo mercado (inclusive quando este consegue se utilizar da regulação do Estado) e conter experiências dos agentes estatais e as experiências não escritas nos documentos oficiais (STEINBERGER e COSTA, 2017). Levando em consideração tais pressupostos, propomos que a partir do conceito em questão as ações e a estrutura da secretaria sejam norteadas pelos estudos

desenvolvidos pelos pesquisadores do Mestrado de Estudos Fronteiriços (MEF), mais especificamente pelas dissertações produzidas no programa.

Entre os anos de 2007 (ano de criação do MEF) e 2020 foram produzidas e defendidas um total de cento e quarenta e três dissertações que versam sobre a região internacional de fronteira na qual está inserida Corumbá/MS; nelas podem ser encontrados debates e propostas para a criação de políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento regional, ambiental, rural e urbana, distribuídas em subtemas na área de educação, saúde, planejamento territorial, turismo, de segurança, desenvolvimento sustentável, economia, atividades agrícolas, participação e deliberação política, etc. Ademais, as ideias expostas nas dissertações podem ajudar, sobretudo, a subsidiar políticas a partir do conceito de *políticas públicas espaciais*.

Dito isso, sugerimos seguir alguns caminhos para que a Secretaria de Relações Internacionais possa ser instrumentalizada:

a) Primeira Fase: criação, preparação e convocação de agentes não estatais

A Secretaria de Relações Internacionais deve ser criada por força de lei municipal, a sugestão é que o projeto parta do poder executivo e que nele conste elementos indicados nos documentos “Bases para uma Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” (2010) e do “Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS (2012), assim, a secretaria poderá trabalhar dentro do contexto legal e em convergência com as indicações apontadas nos documentos acerca de financiamento, programas e gestão para a faixa de fronteira e cidades-gêmeas.

A sugestão é que sejam convocados os professores doutores e egressos do MEF para assessorar na elaboração do projeto de Lei. Nessa fase, um levantamento das dissertações deve ser realizado e grupos de trabalhos podem ser criados e coordenados pelos autores das pesquisas com o objetivo de subsidiar o projeto. A título de exemplo, no repositório do programa está disposta a dissertação “Fórum local de desenvolvimento e integração fronteiriça – reflexões acerca dos problemas e das oportunidades”, defendida em 2015, o autor pode ser um dos nomes para compor os GTs.

O movimento de criação do projeto de lei deve estar em conjunto com mobilização da imprensa (impressa, digital, aberta e fechada) no sentido de convocar

diferentes segmentos da sociedade para debater o projeto na fase de análise pelo poder legislativo. A sugestão é que os sujeitos pesquisados nas dissertações (comunidades, empresas, presidentes de bairro, professores, presidentes de associações, etc.) sejam mapeados e convidados para participar das comissões de análise que vão averiguar e fiscalizar o andamento dos trabalhos dos vereadores.

O processo que antecede a convocação e que está em conjunto com a mobilização da imprensa deve ser encabeçado por atividades que partam da universidade acessando escolas (privadas e públicas), aparelhos de estado e outros territórios da região fronteira (em área urbana e rural). Por exemplo, por meio de projetos de extensão ou simplesmente por meio do setor de comunicação do Campus do Pantanal ou UFMS que pode entrar em contato com a imprensa local e outros órgãos de Estado localizados naquela região internacional de fronteira; a sugestão é acessar os locais de atuação dos egressos para que estes ampliem a rede de comunicação em seus respectivos ambientes de trabalho.

É importante que no projeto de lei municipal (e posteriormente na lei e no decreto de regulamentação) conste o formato institucional, os agentes que poderão atuar, as formas de contratação e as funções da SRI.

b) Segunda fase: sugestão contratação e estrutura da Secretaria de Relações Internacionais

Inicialmente, a Secretaria de Relações Internacionais poderia trabalhar em conjunto com o Mestrado de Estudos Fronteiriços. Esse contato serviria para dar aperfeiçoamento e capacitação aos técnicos do novo órgão e das demais secretarias da Prefeitura, que de preferência devem trabalhar em sintonia com a SRI. Esses agentes podem contribuir no sentido de apresentar soluções para a fronteira, tanto no que diz respeito à captação de recursos quanto na elaboração de políticas públicas espaciais.

Os egressos e os professores doutores do MEF, poderiam assessorar e preparar os técnicos e responsáveis pelos órgãos de planejamento no sentido de dar uma “cara institucional” a Secretaria de Relações Internacionais, isto é, o aparelho seria preparado para vislumbrar a região internacional na qual se localizam Corumbá/MS, Ladário/MS, Puerto Quijarro e Puerto Suárez a partir das reflexões e encaminhamentos apresentados nas dissertações e desdobramentos das pesquisas.

A título de indicação, no sentido da confecção de análises de temas que poderiam ser estudados e apontados aos servidores do SRI para que possam futuramente pensar em políticas públicas espaciais para a região internacional de fronteira em questão deve ser considerado o trabalho “Fronteira e regionalização da saúde: os dilemas da microrregião de Corumbá-MS” (2010) de Wagner Aparecido da Silva, que apresenta uma proposta de ações em saúde pública para a fronteira oeste do Brasil; outro estudo interessante é de Maria Angelica Ferreira da Silva intitulado “Um estudo sobre a relação de emprego informal na feira Brasbol, na cidade de Corumbá-MS” que analisa o cenário social e o perfil dos trabalhadores (bolivianos e brasileiros), seus apontamentos poderiam ser utilizados para indicar estratégias para o setor informal naquela região de fronteira.

Há também a dissertação “ZPE, APL, e ZIF: as possibilidades de desenvolvimento econômico da fronteira Brasil – Bolívia em Mato Grosso do Sul” defendida em 2011 por Fábio Marques Barbosa que realiza um exame da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), do Arranjo Produtivo Local (APL) e da Zona de Integração Fronteiriça (ZIF) como instrumentos para promoção de desenvolvimento para as regiões periféricas e/ou fronteiriças do Brasil. Do ano de 2014 destacamos as dissertações 1) “Migração pendular na fronteira Brasil-Bolívia: Uma análise dos alunos nas escolas públicas de Corumbá” de Orsolina Silva Fernandez da Conceição; 2) “A fiscalização na fronteira Brasil-Bolívia: análise das condições e preparo do agente fiscalizador” de Mérces Dias Junior e 3) “Bolivianos no Brasil: Migração internacional – Fronteira Puerto Quijarro – Corumbá (MS)” de Danilo Magno Espindola Filartigas.

Os três trabalhos supracitados, respectivamente, versam sobre A) a presença de alunos de origem boliviana nas escolas brasileiras CAIC (Centro de Atendimento Integrado a Criança Padre Ernesto Sassida); B) como o policial federal é preparado para atuar na fiscalização na zona de fronteira em discussão e C) acerca da imigração ilegal e tráfico de pessoas naquela fronteira. Tais temas seriam importantes para preparar os servidores da SRI a respeito das 1) migrações pendulares para estudar e pensar diretrizes e orientações a secretaria de educação no que tange a preparação da rede pública de ensino; 2) sobre como a polícia federal atua e assim propor políticas específicas para órgãos que cumprem deliberação do código de postura ou da guarda municipal; e 3) para entender como ocorre a migração ilegal, no sentido de propor para a região de fronteira internacional políticas de acolhimento e combate, em âmbito local, ao tráfico de pessoas.

Do ano de 2015, é interessante apontar a dissertação “A comercialização de produtos agrícolas em Corumbá-MS: propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e da feira livre” defendida por Anderson Luís do Espírito Santo que tem por objetivo apresentar propostas para a criação de uma política fronteiriça de comercialização de produtos agrícolas. Ademais, destacamos o trabalho “Proposta de manual de tipologias de atividades empresariais para projetos de desenvolvimento das micros e pequenas empresas na fronteira” de Milton Cesar Pereira de Oliveira que enumera uma série de dicas e estratégias para aprimorar o desempenho dos pequenos negócios, quanto à melhorias dos serviços ofertados, daquela Zona de fronteira Brasil/Bolívia.

Do ano de 2016, destacamos a dissertação “O MS sem fronteiras e a paradiplomacia transfronteiriça entre Brasil, Bolívia e Paraguai” de Rainne Feitoza do Nascimento que aponta uma série de recomendações para fortalecer atividades de paradiplomacia nos territórios de Puerto Quijarro/Puerto Suárez (BO), Corumbá/Ladário (BR)⁵. Esta discussão é importante no que tange a atração e ampliação de recursos e para a realização de projetos de desenvolvimento para a região internacional de fronteira em questão. Outro destaque é a discussão de Tayrine Pinho de Lima Fonseca que defendeu no ano de 2017 a dissertação “Os efeitos dos impactos ambientais naturais nas comunidades ribeirinhas da Barra de São Lourenço e Paraguai Mirim na fronteira Brasil-Bolívia” que propõe medidas não estruturais para minimizar os impactos socioambientais das comunidades ribeirinhas, tema importante na área ambiental para debater as vulnerabilidades socioambientais e pensar em políticas de prevenção e apoio em caso de vulnerabilidade ocasionada pelo ser humano e por fenômenos naturais.

A dissertação “Educação em Direitos Humanos na Fronteira Brasil/Bolívia para o Combate à Escravidão Contemporânea de Imigrantes Bolivianos no Brasil” apresenta outro debate importante e que deve ter atenção da SRI, defendida em 2019 por Leonardo Victório da Silva apresenta uma debate sobre trabalho escravo de bolivianos em território brasileiro daquela região de fronteira, com propostas para amenizar tais casos por meio da educação em direitos humanos a ser realizada com os imigrantes bolivianos que acessam o Brasil pela fronteira. Um tema caro para aquela região de

⁵ Embora não concordemos com o termo paradiplomacia, pois não ocorrem ações paralelas ao Estado, a alusão a dissertação é importante para demonstrar que é possível ações de captação de recursos e projetos de desenvolvimento que partam de ações oriundas dos governos locais.

fronteira que convive com fluxos de migrantes que a utilizam para acessar o estado de São Paulo em busca de trabalho em fábricas de confecções de roupas (BAENINGER, 2012) e outros centros. De igual modo, no ano de 2019, os territórios da região de fronteira internacional em foco foram contemplados com as dissertações: 1) “Desenvolvimento e Aplicação de Métodos Didáticos para Ensino de Geociências na Educação Básica na Região de Fronteira Brasil-Bolívia” de Anderson Palmeira de Souza e 2) “A observância das diretrizes legais e normativas aplicáveis ao ensino de história regional e local no currículo de duas escolas na fronteira Brasil/Bolívia” defendida por Tânia Bernadete Perucci Pascoal. São trabalhos que podem dar noções para a SRI propor currículos para o ensino de história, geografia e outra áreas das ciências humanas na fronteira do Brasil com a Bolívia com o intuito de construir um sentimento – entre os atores de diferentes segmentos daquela sociedade fronteiriça – de pertencimento a região, para debater a ideia de identidade fronteiriça e assim forjar um futuro projeto regional/internacional de desenvolvimento (inclusive, a segunda dissertação apresenta uma proposta de construção de currículo para as escolas das cidades brasileiras e bolivianas daquela fronteira).

Do ano de 2020, destacamos a dissertação “Gestão Ambiental das Empresas Brasileiras de Navegação e dos Portos Nacionais que Operam na Hidrovia do Paraguai-Paraná” de autoria de Samuel Ribeiro de Sousa. No estudo consta uma análise da eficiência da gestão ambiental das Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) e dos portos nacionais que operam na Hidrovia Paraguai-Paraná.

O autor, por exemplo, conclui que de forma geral é satisfatória a qualidade da gestão ambiental dos portos da hidrovia, mas as EBNs possuem uma política de gestão ambiental ineficiente e propõe estratégias de ação para às empresas de navegação e às exploradoras dos portos nacionais tomarem as medidas necessárias para melhoria da gestão ambiental de suas atividades econômicas. Esse tema é importante para aquela fronteira já que os seus territórios estão umbilicalmente ligados ao Hidrovia Paraguai-Paraná e as EBNs atuam em ambos os lados, assim os órgãos municipais não podem ficar ao largo do debate sobre gestão ambiental e tem o dever de ajudar a pensar em soluções e políticas, tendo em vista que as ações realizadas na hidrovia afetam diretamente os municípios fronteiriços (sobretudo Corumbá).

Outro destaque de 2020 é o trabalho “Aplicação e Transferência de Novas Técnicas de Cadastro de Imigrantes, Refugiados e Apátridas na Assistência Social do

Município de Corumbá-MS”, dissertação produzida por Renata Miceno Papa de Almeida que versa sobre a aplicação e transferências de novas metodologias no cadastramento de migrantes internacionais acolhidos na Casa de Passagem “Albergue da Fraternidade”. Tema de suma importância para aquela Zona de Fronteira com longa história de fluxos internacionais e de uso de diversos espaços e unidades públicas, como a Casa de Passagem em questão. Logo, é um debate de atualização de mecanismos de acolhimento ao imigrante.

A sugestão é que cursos de capacitação sejam realizados a partir das propostas publicadas nas dissertações do MEF. Os cursos devem ser periódicos, assim, além da qualificação em temas específicos daquela fronteira, os membros da SRI poderão evitar o mero transplante de projetos e ideias de outros territórios para serem aplicados, bem como instalar a prática da pesquisa no aparelho estatal, tendo em vista que o banco de dados do MEF deverá ser consultado de forma assídua. Além dos temas que apontamos existem outras dezenas no repositório de dissertações do programa, logo, a SRI terá um banco de dados de grande qualidade para buscar informações e debater em seus quadros.

No que tange ao processo de contratação de pessoal para a SRI, em um primeiro momento pode haver um remanejamento de servidores de outras secretarias da prefeitura de Corumbá ou Ladário (isso vai depender das permissões legais e da disponibilidade de pessoal) ou da cessão de servidores de outros aparelhos de Estado (públicos e privados⁶), a sugestão é que sejam convocados e cedidos os servidores que foram autores das dissertações; verificamos que os trabalhos são de autoria de profissionais de educação, saúde, segurança, comércio e outras diversas áreas e buscando os seus currículos lattes averiguamos que grande parte são servidores públicos da esfera municipal, estadual e federal, no setor privado e não governamental.

Ademais, realizando a análise das dissertações foi possível verificar o estudo em diferentes comunidades e associações e distintos setores da vida cotidiana, assim, membros ou representantes ou liderança de associações de catadores de lixo, de associações que coordenam e administram as feiras livres, de profissionais da imprensa, lideranças de comunidades ribeirinhas e dos pequenos produtores agrícolas, coletivo de

⁶ Aqui recorremos a Poulantzas (2000) para ressaltar que os aparelhos de Estado não podem ser dicotomizados como públicos e privados, logo, as escolas particulares, as igrejas, a família e os aparelhos que comumente não são denominados de públicos são todos aparelhos de Estado.

mulheres e outros grupos e pessoas que foram protagonistas das dissertações (seja escrevendo ou sendo pesquisada) podem ser convocados para compor os quadros da SRI⁷.

A proposta é que no decreto de regulamentação esteja especificado que no primeiro ano de SRI seus quadros sejam convocados oficialmente pela prefeitura municipal e que estes se articulem para definir os termos e encaminhamentos para a realização dos processos seleção a partir do ano subsequente, processos que podem ser concurso público ou processo seletivo ou eleição por parte da população. Nesse último caso os candidatos podem ser brasileiros natos, bolivianos naturalizados brasileiros e bolivianos com dupla cidadania e/ou bolivianos que residem em Puerto Quijarro e Puerto Suárez e trabalham em Corumbá e Ladário, bem como profissionais que sejam especialistas na fronteira.

Em relação ao concurso público ou processo seletivo, o edital deve especificar vagas para brasileiros e bolivianos, nas condições já citadas (novamente ressaltamos que essa questão pode ser especificada no Projeto de Lei). O mais importante é que exista um setor de pesquisa para que realize o acompanhamento e atualização de dados sobre a fronteira, a nossa sugestão é acessar assiduamente o banco de dados do MEF, trabalhos e eventos promovidos pelo programa. A indicação é que os pesquisadores vinculados ao programa, egressos e mestrandos do MEF coordenem esse setor.

A proposta que estamos encaminhando é convergente, no que tange a documentos e planos de orientação, com os estudos e documentos produzidos – com o apoio do Ministério de Integração Nacional – para a Faixa de Fronteira e Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul; bem como em relação ao mundo do trabalho, a proposta vai ao encontro do acordo bilateral assinado por Brasil e Bolívia e intitulado “Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos” – disposto pelo Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009 – e as especificações sobre o trabalho fronteiriço plasmados na nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017) e seu Regulamento (Decreto nº 9.199/2017).

Ademais, a propositura de parceria SRI e MEF está relacionada aos objetivos do programa. Segundo o site do MEF, os objetivos do Programa, entre outras questões,

⁷ Sugerimos que a SRI busque o apoio de ONGs com experiência na área de captação e execução de projetos em cidades fronteiriças, bem como, trabalhe com o conceito de Micro Alianças Público-Privadas Municipais. Para maiores detalhes sobre o tema, ver: Costa (2012).

são produzir banco de dados relativo a aspectos fronteiriços para subsidiar a elaboração de projetos, ações e políticas transformadoras para a região de fronteira internacional em questão, realizar parcerias com instituições, empresas e sociedade civil organizada no sentido de atuar de forma conjunta em projetos e desenvolver soluções para problemas, combater desigualdades sociais, implementar estudos que produzam resultados benéficos para espaços fronteiriços, formar recursos humanos para o exercício de atividades laborais no setor privado e público em áreas de fronteira; criar ferramentas que auxiliem aos profissionais do setor público e privado a obter informações sobre as regiões de fronteira, etc.

Logo, a SRI deve ser dotada de profissionais que conheçam e entendam a fronteira, portanto, insistimos sobre o vínculo com egressos, pesquisadores e dissertações do MEF. Ademais, deve ser estruturada por antropólogos, historiadores, geógrafos, biólogos, bacharéis em direito, administração e relações internacionais, etc., mas também com agentes do povo, com os fronteiriços que vivem o dia a dia da fronteira (e que são, sobretudo, os objetos de pesquisa do MEF). É momento sim de gabaritar as instâncias de planejamento e gestão públicas com especialistas, com experiências não escritas e com mecanismos de participação e deliberação plurais.

Portanto, SRI deve ser estruturada com base em núcleos de coordenação, criação, participação e deliberação. Esses núcleos não precisam estar em um mesmo espaço físico, e nem mesmo é necessário infraestrutura própria ou um prédio para atuação. O aparelho deve contar com uma rede tentacular, a sugestão é que tenha núcleos de atuação na universidade, mais especificamente no MEF, em instalações da área de segurança e educacional, nos bairros, nos territórios das comunidades de agricultores, ribeirinhas, entre outras, nas instalações do setor privado, consulados, etc. (em aparelhos e territórios das quatro cidades-gêmeas que compõem a região de fronteira internacional).

A sugestão é que esses núcleos sejam selecionados com base nos estudos, nos objetos de pesquisa e nas propostas das dissertações do MEF e, especialmente, a partir dos locais de atuação dos egressos do programa; como anteriormente destacamos, as dissertações foram produzidas por professores, policiais, profissionais liberais, servidores públicos do judiciário, profissionais da imprensa e outros. O mapeamento desses atores, em nossa opinião, contribui para resgatar e atualizar os debates realizados e contactar os agentes não estatais que foram estudados.

Associado aos núcleos deve existir uma estrutura dotada de espaços de diálogos (BRANDÃO, 2013), para tal é necessário realizar um levantamento; assim sugerimos alguns caminhos:

- 1) Identificar o discurso institucional proferido pelos programas governamentais de Mato Grosso do Sul e da Província de Gérman Busch, em especial verificar a concepção de políticas públicas e de desenvolvimento nesses discursos escritos e como indicam os espaços diálogos;
- 2) Mapear os grupos sociais que compõe o território da Zona de fronteira Brasil/Bolívia e verificar a existência de espaços de diálogos formados pela população;
- 3) Consultar as ações apresentadas pelos planos municipais de desenvolvimento dos quatro municípios que compõe a zona fronteira em questão; e
- 4) Averiguar qual é a relação entre os projetos de desenvolvimento em andamento e a elaboração de políticas públicas espaciais

Verificado as características dos planos, projetos e tendo uma ideia dos espaços de diálogos existentes e as condições para instalá-los, a partir dos núcleos, os discursos escritos podem ser articulados e com apoio da imprensa divulgados, em seguida, os diferentes segmentos da população da região de fronteira internacional podem ser convocados para debater os diagnósticos.

Segundo Brandão (2013), a formação de diagnósticos não pode se limitar às instâncias de Estado, deve ir além e desenvolver espaços de diálogos, como Fóruns, Conferências, Comitês, Agências, etc. Logo, a combinação dos diagnósticos (discursos escritos) e demandas/experiências (discursos não escritos) da população com o Estado servirão para renovar o pacto político entre a sociedade civil e as instituições públicas, mas também para criar políticas públicas espaciais via SRI.

c) Terceira fase: Caminhos para criação e implantação das políticas públicas espaciais

Steinberger e Costa (2017) apontam que para que as políticas públicas espaciais sejam apresentadas como relevantes e que possam ser construídas com base em discursos escritos e não escritos são necessários quatro caminhos. Antes é preciso sublinhar que os autores realizam tais sugestões para serem implementadas em nível

nacional, logo, no nosso debate vamos adaptar suas indicações para escala da região de fronteira internacional na qual a SRI será atuante.

Para os autores supramencionados, o primeiro dos caminhos seria a construção de pactuação de um projeto nacional no qual se incluíam as desigualdades socioespaciais. Somente assim será possível a construção de um projeto nacional de desenvolvimento, apenas desta maneira será possível criar convergências entre o povo e as elites. Assim, a nossa sugestão é que no caso daquela fronteira, via SRI, seja pensado e criado um projeto regional/internacional de desenvolvimento, este deve levar em consideração as dinâmicas existentes nas cidades-gêmeas de Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Portanto, seria preponderante considerar as dissertações produzidas no MEF e mais especificamente os estudos e debates da linha de pesquisa “Ocupação e identidade fronteiriças”⁸.

Para a construção desse projeto sugerimos os apontamentos dispostos na dissertações: 1) “Trabalho infantil na região de fronteira Brasil-Bolívia” (2009) de Giane Aparecida Moura da Silva; 2) de 2010, o estudo “CAIC – A construção de uma escola na fronteira Brasil-Bolívia” de Cleber Santos Jaime e “A Comunicação Impressa na Fronteira Brasil-Bolívia” Livia Galharte Gaertner; 3) “Yo no soy boliviano yo soy carioco – sobre línguas e preconceitos na fronteira Brasil-Bolívia” defendida em 2011 por Verônica Elizabeth Rivas; 4) do ano de 2012, “Bilinguismo e jogo de identidades na região de fronteira: A escola Eutrópia Gomes Pedrosa de Corumbá” de Lourival Monteiro de Moraes e “Aproximações e distanciamentos entre brasileiros e bolivianos na vivência fronteiriça em Corumbá-MS” de André Luis Ramalho Junior; 5) “Representações da identidade nacional na fronteira Brasil-Bolívia: um estudo a partir da literatura”, do ano de 2013 e de autoria de Stael Moura da Paixão Ferreira; 6) “Ações interculturais nas Escolas de Fronteira: Integração e preservação da identidade” defendida no ano de 2014 por Danielle Urt Mansur Bumlai Dumas; 7) “A religiosidade afro-brasileira na fronteira entre Brasil-Bolívia: Corumbá – Puerto Quijarro – Puerto Suárez”, do ano de 2015, de Ana Claudia Marques Viegas; 8) “Festas na fronteira: Manifestações devocionais à Virgem Urkupiña, padroeira da Bolívia, em Corumbá”, defendida por Ricardo Ferreira Martins no ano de 2016; 9) do ano de 2017, “Estudo de viabilidade da implantação dos

⁸ Além desta, o MEF possui mais duas linhas de pesquisa: Desenvolvimento, ordenamento e meio ambiente e Saúde e trabalho da população de fronteira.

cursos técnicos de nível médio subsequentes na modalidade EAD oferecidos pelo IFMS para atender os fronteiriços bolivianos” de autoria de Jeruza dos Santos Santiago Minakawa; 10) “Implantação e Transferência da Unidade de Atendimento ao Imigrante Boliviano Indocumentado junto ao Núcleo de Estudos de Trabalho e Cidadania de Imigrantes em Fronteira (MEF/UFMS) em parceria com o Centro Boliviano-Brasileiro 30 de Marzo” (2018) de Joyce Ferreira de Melo Marini; 11) “Espacialidades Fronteiriças e Práticas Solidárias: Bolivianas em Relações de Vizinhanças e de Comércio em Corumbá, MS” (2019) defendida por Jéssica Canavarro Oliveira; e 12) do ano de 2020, “Ocupação e desenvolvimento econômico na cidade de Corumbá/MS: uma perspectiva dos imigrantes palestinos da Fronteira Brasil/Bolívia” de Renata Cardoso Doyle Maia

As dissertações supramencionadas são de estudos que destacam e enfatizam projetos educacionais para esta fronteira, que debatem aspectos diversos da religiosidade dos diferentes grupos sociais existentes nas cidades brasileiras e bolivianas daquela região internacional, que versam sobre a identidade e modo de vida das distintas populações (e suas respectivas classes sociais), que versam sobre as relações de boa vizinhança e de preconceitos e distanciamentos, que abordam a inserção do imigrante e que discutem soluções para problemas caros naquela região de fronteira internacional. São temas que podem direcionar discussões acerca de um projeto regional/internacional de desenvolvimento.

O segundo caminho seria a criação de canais de participação na escala internacional daquela região de fronteira internacional⁹, a sugestão é que tais mecanismos sejam criados a partir do debate sobre espaços de diálogos (BRANDÃO, 2013) – coincidindo com a metodologia proposta pelos núcleos do SRI – e com base no debate realizado na dissertação “Fórum local de desenvolvimento e integração fronteiriça – reflexões acerca dos problemas e das oportunidades”. O autor propõe que o fórum reúna representantes governamentais de Brasil e Bolívia, também de entidades e de associações para inovar a ampliação dos diálogos produtivos e federativos.

O interessante seria pensar a viabilização de política públicas espaciais a partir canais da democracia participativa, deliberativa e comunitária e da democracia

⁹ Na discussão original, Steinberger e Costa (2017) propõem canais de participação nas escalas nacional, regional e local para que o federalismo brasileiro. Em nossa discussão, esses canais são de âmbito internacional.

representativa burguesa (conjunto que Boaventura de Souza Santos (2016) denomina como *Democracia Radical*).

O terceiro processo está relacionado a produção de insurgências que presidem as dinâmicas espaciais, em outras palavras, as diversidades do território e das pessoas que fazem uso dele devem ser levadas em consideração. O que Steinberger e Costa (2017) denominam de discursos não escritos está relacionado a esse processo (o planejamento territorial não pode ser elaborado nos gabinetes). As diferenças devem ser contempladas, insurgir para os autores significa, acima de tudo, construir projetos alternativos que contenham elementos propositivos e não apenas reativos, a intenção é produzir contra projetos.

Propomos que além da análise das dissertações do MEF que tenham como objeto as classes menos abastadas (comunidades ribeirinhas, mulheres feirantes, pequenos agricultores, etc.), observe-se também as lutas de *contra-espço* isto é, as greves, insurreições de trabalhadores, ocupações com fim de assentamento rural, movimento de ocupação-assentamento urbano, mas também as manifestações culturais populares, etc., em outras palavras, movimentos de confronto, de resistência ou de simples questionamento da ordem espacial existente (MOREIRA, 2006). É possível também mapear essas lutas e suas demandas por meio de uma imprensa transfronteiriça sem preconceitos (e que entenda as demandas daquela região de fronteira internacional), através dos sites das entidades e associações, etc., através da estrutura da SRI em rede e núcleos (daí a importância dessa estrutura para o mapeando das lutas).

As ações do segundo e terceiro caminhos podem ser articulados a partir do que Boaventura de Souza Santos (2016) denomina como *teoria de retaguarda*, aquela que acompanha os sujeitos que se movimentam mais devagar (a partir de temporalidades específicas), que concebe avanços e os recuos como parte de um processo dialético novo. A *teoria de retaguarda* rege-se por uma análise constante, crítica e aberta das práticas de transformação social mais progressistas, é aquela que acompanha, analisa e enriquece o modo de vida dos sujeitos (SANTOS, 2016).

Logo, não basta criar canais de participação apenas e insurgir com projetos contra hegemônicos acabados, a SRI deve observar os avanços e recuos das classes menos favorecidas, indígenas, ribeirinha, da classes média e outras daquela região de fronteira internacional, sem discursos escritos fechados e prontos; os estatutos, as leis, as normas

estatutos por exemplo devem ser abertos, discutidos de mês em mês, bimestre a bimestre, semestre a semestre, sempre observando o movimento do grupos sociais mais vulneráveis e com identidades singulares, verificando as alternativas que se encontram para se locomoverem e viverem no território; as assembleias não podem ser gerais, devem ser específicas, os bolivianos de etnia quéchua e aimará, as comunidades ribeirinhas do barra do São Lourenço e Paraguai mirim, as classes médias urbanas se comunicam de maneiras distintas com os territórios daquela fronteira.

Logo, os estatutos devem ser sensíveis e flexíveis no que tange aos usos, pois alguns grupos podem querer proteger a natureza e dar direitos a ela, mas os outros podem querer utilizá-la de modo sustentável, são percepções diferentes, uma SRI baseada em uma *teoria de retaguarda* deve estar preparada para analisar tais demandas.

O quarto caminho proposto por Steinberger e Costa (2017) está relacionado a produção e a transmissão de conhecimentos baseados no ensino e na pesquisa, é aqui que os caminhos anteriores serão encontrados. A sugestão é que a partir dos núcleos da SRI sejam criadas comissões compostas por técnicos da prefeitura em conjunto com pesquisadores do MEF e membros da sociedade civil e profissionais da imprensa para pensarem em planos de ação para divulgação, convocação e criação de reuniões participativas com intuito de decidir quais e como os projetos serão discutidos e discriminados para que a SRI possa de fato preparar os espaços de diálogos.

Outra sugestão é que os cursos de graduação do Campus do Pantanal em conjunto com o MEF viabilizem cursos de extensão que consistam em atividades que apresentem os trabalhos defendidos no programa, bem como, que possam ser vinculados as grades curriculares das escolas quando realizados no ambiente escolar. Seria interessante que os projetos de extensão sejam coordenados pelos egressos em comunhão com os docentes da rede pública e privada e dos cursos de graduação. Ademais, seria interessante que para tais ações fossem convocadas as instituições privadas de ensino superior da região de fronteira internacional, localizadas nas cidades brasileiras e bolivianas.

O passo seguinte (e importante) seria levar o Seminário de Estudos Fronteiriços – que é o evento de divulgação dos debates desenrolados no MEF – para a comunidade não acadêmica. Sugerimos que o evento seja realizado em instalações fora dos “muros” da Universidade, a proposta é que os GTs sejam construídos em praça

pública, em alguma sede de associação de bairro, nas margens do rio Paraguai, que aulas públicas – fora dos espaços da universidade – sejam realizadas como eventos preparatórios aos seminários, que escolas de bairros sejam sede dos debates ou no território de alguma comunidade de agricultores, indígenas ou de pescadores.

Outro movimento interessante, seria pensar em projetos de extensão em que alguns cursos, durante algumas semanas ou meses, atuassem nas instalações escolares, para que professores e discentes da universidade pudessem estar juntos de estudantes e professores do ensino fundamental e médio. Assim, minimamente, por algum tempo a dicotomia entre universidade que “produz” e escola que “reproduz” seria quebrada, sendo uma oportunidade para debater temas caros e importantes da fronteira.

Bem como, seria interessante a promoção de cursos de verão para os sujeitos que produzem os discursos não escritos, oferecidos pelos cursos de graduação do Campus do Pantanal, em conjunto com MEF e em parceria com setores da imprensa e secretaria de educação; ademais, seria interessante que o MEF ofertasse vagas de alunos especiais para lideranças de comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, para migrantes em condição de refugiados, para presidentes de bairros e associações, etc., tais condições seriam especificadas em editais. Seria interessante que egressos e pesquisadores do MEF, dos cursos de graduação e da rede pública e particular do município produzissem livros ou até mesmo dissertações com os sujeitos não estatais, aqueles do povo. O mais importante é possibilitar que os agentes não estatais, produtores de discursos não escritos, informem (ao invés de serem apenas informados), deliberem em sejam protagonistas dos processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o Mestrado de Estudos Fronteiriço (MEF) é um ótimo banco de dados (discursos escritos) com conteúdo de qualidade e com muito valor para a região de fronteira internacional aqui em discussão e referência para pensar políticas com base no território. Dessa maneira, explorando os possíveis atilhos entre os estudos e as propostas contidas nas dissertações do programa em questão e o conceito de *políticas públicas espaciais* propomos uma reflexão acerca de caminhos que podem levar a criação de uma Secretaria de Relações Internacionais (SRI) na fronteira mencionada.

Levando em consideração que diversos segmentos sociais atuantes na cidade de Corumbá, em especial os gestores vinculados a prefeitura municipal, não acreditam que as instâncias públicas do lado boliviano da fronteira tenham condições de fomentar ou coordenar projetos em conjunto com as prefeituras de Corumbá e Ladário (FERNANDES, 2016), propomos a criação de um aparelho de Estado, uma SRI, que a partir do lado brasileiro daquela região internacional de fronteira possa pensar e executar políticas para a sua população e contribuir com a gestão de um território dotado de relações internacionais cotidianas.

Os caminhos aqui expostos não são verdades e muito menos estão prontos e acabados, são apenas um esforço intelectual no sentido de contribuir para uma futura instrumentalização do conceito importante que é o de *políticas públicas espaciais*, explorando um conjunto de pesquisas básicas produzidas e financiadas pelo Estado, bem como o debate vem para provocar no sentido de demonstrar que a pesquisa realizada pela universidade pública é fundamental para se pensar em soluções e tecnologias para a sociedade. A criação de uma SRI tem no conceito políticas públicas espaciais o elemento norteador, mas a proposta somente foi possível em decorrência da análise que realizamos dos discursos escritos (as dissertações) produzidos pelo MEF, que são excelentes estudos e contêm conteúdos importantes para serem aplicados em diversos setores da região internacional de fronteira na qual se localizam Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez.

Não apenas a universidade pública brasileira é de suma importância, mas as ciências humanas são fundamentais para se pensar políticas públicas para o Brasil. O MEF, cujos quadros são compostos por pesquisadores da área das humanas, vem nos últimos dez anos produzindo pesquisas relevantes para o Mato Grosso do Sul, em especial para aquela Zona de Fronteira Brasil/Bolívia. Logo, como profissional das ciências humanas, pensamos necessário instrumentalizar as pesquisas produzidas pelo MEF e propor um aparelho que pode contribuir com a gestão e fomentar a participação democrática do território.

Em outras palavras, a proposta que apresentamos demonstra que dissertações e teses não são apenas para debates no âmbito acadêmico, elas são instrumentos preponderantes para criação de políticas de desenvolvimento. A ideia lançada é incipiente e ainda possui lacunas, mas contribui no sentido de auxiliar os aparelhos públicos e

privados de planejamento da Zona de Fronteira Brasil/Bolívia e serve para chamar a atenção dos agentes governamentais, em especial os gestores públicos, sobre a importância da pesquisa básica financiada pelo Estado.

Os discursos escritos do MEF precisam ser aplicados, são pesquisas poderosas e que se associadas aos discursos não escritos daquela Zona de Fronteira por meio de um ambiente de plena participação democrática podem trazer excelentes resultados. Aqui tocamos em outro elemento crucial e que caminha em conjunto com a SRI, a democracia. Nossa proposta também é uma provocação para ponderarmos sobre a democracia representativa, somente ela não basta, pois os subalternos, aqueles que compõem a *retaguarda* precisam de ferramentas que vão para além da representação partidária, a democracia deve ser participativa, deliberativa e ter espaço para as demandas comunitárias, deve perceber os *contra-espacos* e atender aos anseios territoriais. Assim, a criação da SRI, as políticas pensadas por ela e a coordenação e execução dos projetos devem ter ampla participação popular.

Em suma, esperamos que as nossas provocações possam produzir reflexões outras, que venham a contribuir e desdobrar em mais ideias acerca da criação de uma Secretaria de Relações Internacionais, mas também para pensar, criar, consolidar e fortalecer o ambiente democrático naquela região de fronteira internacional.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana Aparecida. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: _____. **Imigração Boliviana no Brasil**. 1ed. Campinas, SP: NEPO-UNICAMP, 2012, v. 1, p. 9-18.

BARRETO, Maria Inês. A inserção internacional das cidades enquanto estratégia de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais. In: **X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005. Disponível em: <<https://proyectoallas.net/wp-content/uploads/2018>>. Acesso 04 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: MIN, 2005.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. **Bases para uma Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: GTIIF, 2010.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Transversalidade, Multiescalaridade e os Desafios da Legitimação das Políticas Regionais No Brasil. In: RANDOLPH, Rainer e TAVARES, Magalhães (Org.). **Política e Planejamento Regional** – Uma Coletânea / Brasília: Gráfica Movimento, 2013.

COSTA, Cecília. **A construção da concepção de natureza na fronteira de Ponta Porã/BR - Pedro Juan Caballero/PY e a produção do urbano**. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

FERNANDES, Roberto Mauro da Silva. **A “Oximorização” na fronteira – Uma reflexão sobre “caminhos”, adstrigências e frinchas em Corumbá/MS**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

FERNANDES, Roberto Mauro da Silva. Insegurança Humana na Zona de Fronteira Brasil/Bolívia: uma discussão acerca de instituições, trabalho e luta de classes em Corumbá/MS. **Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social - OIDLES (MÁLAGA)**, v.12, p.1 - 30, 2018.

FERNANDES, Roberto Mauro da Silva. Deslocamentos(s) e impactos sociais (negativos) na Zona de Fronteira Brasil/Bolívia: considerações acerca do Anel Rodoviário de Corumbá/MS, uma infraestrutura atinente a Rota Bioceânica. **Entre Lugar**, v.9, p.136-162, 2018 (b).

FIGUEIREDO, Nilze Paula; COSTA, Edgar Aparecido; PAULA, Beatriz Lima. Os elementos do espaço turístico da Fronteira Brasil-Bolívia. **RA’EGA**, Curitiba, v.11, p.3-21, 03/2011.

GALEANO, Roberto Domingues; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Transporte de Commodities do Agronegócio e de Mineral na Fronteira Brasil-Bolívia: Um estudo sobre a estrutura portuária em Corumbá, Ladário, e Puerto Quijarro. In: NAVARRO, E. M. M. et al. (org.). **40 anos do Campus do Pantanal**. Corumbá: Ed. UFMS, 2007, p.41-60.

GIMENEZ, Heloisa M.; LISBOA, Marcelino T.; SILVA, Micael A.; DIALLO, Mamadou, A. Tríplce Fronteira como região: dimensões internacionais. **Cadernos Prolam/USP**, v. 17, n. 33, p.148-168, jul./dez. 2018.

GOMES, Joseli Fiorin. A contribuição da paradiplomacia municipal sul-americana para a integração regional em zonas de fronteira: a rede mercocidades e a integração fronteiriça no âmbito do Mercosul. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.6. n.1, jul./dez., 2017.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. A criação das secretarias municipais de relações internacionais (SMRIs) como nova realidade da inserção internacional dos entes subnacionais brasileiros. **Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI**, n. 21, Set./Dez. 2015.

MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

MELO, Serafim Carvalho. **Mato Grosso no Centro-Oeste Sul-Americano**. Cuiabá: UFMT, 2005.

MORENO, Giovana Scotini; SANTOS, Gabriel Norde. O “empoderamento” dos governos locais e a constituição das secretarias municipais de relações internacionais (SMRI): um mapeamento da região sudeste do Brasil. In: **II Semana de Ciência Política da UFSCar, São Carlos/SP**, 2014. Disponível em: <<https://fdocumentos.tips/document/o-aoempoderamentoa-dos-governos-locais-e-a-aps-a-guerra-fria-a-logstica-poltico-social.html?page=1>>. Acesso 04 jun. 2021

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). **Território, territórios** - ensaio sobre o ordenamento. 2ª. Ed. Niteroi-RJ. DP&A-PPGEO/UFF, 2006.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Transversalidade, Multiescalaridade e os Desafios da Legitimação das Políticas Regionais No Brasil. In: RANDOLPH, Rainer e TAVARES, Magalhães (Org.). **Política e Planejamento Regional** – Uma Coletânea. Brasília: Gráfica Movimento, 2013.

NASCIMENTO, Ela Rainne Feitoza. **O MS sem fronteiras e a paradiplomacia transfronteiriça entre Brasil, Bolívia e Paraguai**. Corumbá: Faculdade de Ciências Humanas – UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. 1. Ed., São Paulo: Boitempo, 2016.

STEINBERGER, Marília. **Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Ler Editora/CNPq, 2013.

STEINBERGER, Marília.; COSTA, Marco. Aurélio. A relevância de Políticas Públicas Espaciais: participação e luta. Território, agentes-atores e políticas públicas espaciais. In: STEINBERGER, Marília. **Território, Agentes-Atores e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Ler Editora/CNPq, 2017.

SIMINI, Danilo Garnica; LAISNER, Regina Cláudia. Superação do subdesenvolvimento, erradicação da pobreza e atuação internacional de municípios: o exemplo da cidade de São Paulo. **Revista de Direito da Cidade** v. 10, n.1., 2018.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. Federalismo e Relações Internacionais do Brasil. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA Antônio Carolos. (Orgs.) **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agenda**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARCOVITCH, Jacques; DALLARI, Pedro. (Org.) **Relações Internacionais de Âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil**. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais-Universidade de São Paulo, 2014.

PREFEITURA DE CORUMBÁ. **Fonplata acompanha obras executadas em Corumbá**, 2019. Disponível em < <https://www.corumba.ms.gov.br/representantes-do-fonplata-acompanham-obras-executadas-em-corumba/>>. Acesso. 31 de mar. 2020.

PAIXÃO, Roberto Ortiz. **Globalização, turismo de fronteira, identidade e planejamento da região internacional de Corumbá/MS**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo – 2005. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana).

PERPÉTUO, Rodrigo de Oliveira. Estudo de caso – Município de Belo Horizonte. In: MARCOVITCH, Jacques; DALLARI, Pedro (Org.) **Relações Internacionais de Âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil**. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais-Universidade de São Paulo, 2014.

Portal do Mestrado em Estudos Fronteiriços. **Campus do Pantanal. Repositório de Dissertações**. Disponível em: < <https://ppgefcpn.ufms.br/repositorio-de-dissertacoes-2/>>. Acesso 25 mai. 2021.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo-SP/Rio de Janeiro-RJ: Graal/Paz e Terra, 2000.

RAMALHO JUNIOR, André Luís. **Aproximações e Distanciamentos entre brasileiros e bolivianos na vivência fronteiriça de Corumbá-MS**. Corumbá: Faculdade de Ciências Humanas – UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços).

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: _____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo, SP: EdUSP, 2014. p. 137-154.

SANTOS, Boaventura Souza. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. 1. Ed., São Paulo: Boitempo, 2016.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de.; NASCIMENTO, Rainne Feitoza. Fronteira, paradiplomacia e desenvolvimento. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.6. n.1, jul./dez., 2017.

ODDONE, Nahuel; SOUZA, Gustavo MatiuZZi. Cross-border paradiplomacy in Mercosur: a critical overview. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.6. n.1, jul./dez., 2017.

Recebido em julho de 2021.

Revisão realizada em janeiro de 2022.

Aceito para publicação em maio de 2022.